

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Sistemas de Accountability		
Código: 82ACCOU	Carga horária: 36	Período letivo: 2023/1
Professor: ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES Processo Seletivo - 5	Contato: eoliveira.menezes@gmail.com Contato:	

Ementa

Conceitos de accountability e a democracia. Abordagem legal e de poder. Transparência, controle, responsabilidade, responsividade e prestação de contas. Mecanismos e técnicas organizacionais para accountability. Accountability horizontal e vertical. Fontes de controle externas e internas. Alvos ativos e passivos da accountability. Controle social e seus diferentes aparatos.

Objetivo geral

Compreender a accountability democrática como princípio e como meio para a responsabilização dos agentes públicos, para o exercício de cidadania e para a qualificação da administração pública e dos serviços públicos.

Objetivo específico

- debater elementos conceituais, históricos, políticos e culturais relativos à noção de accountability e a incorporação desta como princípio e prática de gestão contemporânea;
- conhecer mecanismos institucionais e iniciativas diversas para a transparência dos atos públicos, a prestação de contas, a responsabilidade e a responsabilização dos agentes públicos e a responsividade em um ambiente democrático;
- identificar especificidades da accountability no cotidiano da gestão de organizações públicas e privadas e nas suas relações com seus diversos públicos;
- experimentar a promoção de práticas de accountability, observando seus efeitos sistêmicos;
- desenvolver capacidades para que cada participante pesquise e atue como promotor da accountability no seu campo de atuação cidadã e profissional.

Conteúdo programático

UNIDADE 1: Fundamentos históricos e conceituais dos sistemas de accountability no Brasil e em outros contextos

- Normativos legais do controle na administração pública;
- Controles institucionais: controle interno e externo trajetória e limites;
- Relações entre accountability e outros conceitos e práticas de gestão, como: avaliação, controle, auditoria, compliance, integridade, governança;

UNIDADE 2: Contexto contemporâneo e a relevância da accountability

- Emergência do conceito de accountability no contexto brasileiro;
- Accountability e a responsabilização democrática dos agentes públicos - fundamentos e instrumentos legais, políticos e gerenciais;
- Accountability democrática;

Plano de Ensino

UNIDADE 3: Dimensões da accountability

- Transparência, controlabilidade, imputabilidade, responsabilidade e responsividade;
- Ética de responsabilidade e de convicção;

UNIDADE 4: Acesso à informação e transparência

- Transparência e dados abertos;
- Participação política e engajamento cidadão na coprodução do controle e da informação;
- Combate à corrupção e monitoramento e avaliação da gestão pública, da democracia e da qualidade de vida nas cidades, em diferentes países;

UNIDADE 5: Tendências, desafios e perspectivas nas práticas de accountability no Brasil e em outros países.

- Social accountability e inovações na relação Estado e sociedade civil no âmbito do monitoramento da gestão pública e das atividades realizada no interior do aparelho do Estado;
- Novos repertórios da sociedade civil, mercado e Estado no contexto da coprodução do controle e da informação;

Metodologia

PRINCÍPIOS

- Construção coletiva do conhecimento
- Engajamento de todos para a aprendizagem - estudantes, professora, convidados
- Compromisso com os acordos e possibilidade de alterá-los mediante negociação coletiva

POSSÍVEIS MEIOS DE INTERAÇÃO

- Pesquisas individuais e em grupo sobre iniciativas e referenciais relativos a accountability;
- Atividades e interações em sala de aula e na página da disciplina na plataforma Moodle;
- Exposição e debates em sala de aula, a partir da leitura de textos e pesquisa de exemplos, envolvendo: Professora / Estudantes / Convidadas;
- Atividades em pequenos grupos:
- Resposta às questões relativas às unidades/textos;
- Trabalho de pesquisa - referenciais teóricos e práticos e apresentações em aula;
- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Contribuições espontâneas para construção da disciplina;
- Realização de debate sobre tema focalizado, com convidados;
- Preparação de roteiro, convite a entrevistado e apresentação podcast e/ou vídeo;
- Textos, sites, imagens, filmes, músicas, teatro;
- Discussão de casos e exemplos;
- Webinars;
- Contribuições para o Blog do grupo de pesquisa Politeia - Coprodução do Bem Público: accountability e gestão - <http://politeiacoproducao.com.br/>.

Sistema de avaliação

A avaliação será realizada por meio dos seguintes itens, com os respectivos pesos:

- Prova individual (prova 1 e prova 2): 30%
- Elaboração paper caso estudo dirigido: 30%
- Apresentação do caso estudo dirigido: 30%
- Exercícios em sala: 10%

Plano de Ensino

Bibliografia básica

- Abrucio, F. L., & Loureiro, M. R. Finanças públicas, democracia e accountability. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- Doin, Guilherme A.; Dahmer, Jeferson; Schommer, Paula. Chies; Spaniol, Enio L. Mobilização social e coprodução do controle: o que sinalizam os processos de construção da Lei da Ficha Limpa e da Rede Observatório Social do Brasil de Controle Social. Pensamento & Realidade, v. 27, p. 56-78, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/12648>
- Etzioni, Amitai. Concepções alternativas de accountability: o exemplo da gestão da saúde. In: Heidemann, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009. (Pg. 287-301).
- Guerzovich, Florencia; Schommer, Paula Chies. Em tempos de crise, quais tipos de pontes estamos construindo ou destruindo nos municípios brasileiros? Estadão. Blog Gestão Política e Sociedade. 11 de Setembro de 2017. <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/em-tempos-de-crise-quais-tipos-de-pontes-estamos-construindo-ou-destruindo-nos-municipios-brasileiros/>
- Guerzovich, Florencia; Schommer, Paula Chies. Com quantos paus se faz uma canoa? Das 10 medidas do MPF às novas medidas anticorrupção da sociedade brasileira. Estadão - Blog Gestão, Política & Sociedade. São Paulo, 15 Maio 2018. <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/com-quantos-paus-se-faz-uma-canoa-das-10-medidas-do-mpf-as-novas-medidas-anticorruptcao-da-sociedade-brasileira/>
- Guerzovich, Florencia; Schommer, Paula Chies. Os catalisadores do governo aberto no Brasil podem ser cruciais em 2022 e adiante (estadao.com.br). Estadão. Blog Gestão Política e Sociedade. 23 maio 2022.
- Heidemann, Francisco G. Ética de responsabilidade: sensibilidade e correspondência a promessas e expectativas contratadas. In: Heidemann, Francisco G.; Salm, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009. (301-9).
- Hernandez Quinones, Andres; Schommer, Paula Chies; Cuadros de Vilchez, Diana. Incidence of Social Accountability in Local Governance: The Case of the Network for Fair, Democratic and Sustainable Cities and Territories in Latin America. Voluntar: 2021.
- Hernandez, Andres; Cuadros, Diana. Iniciativas de transparência y accountability en America Latina: naturaleza, tipología e incidência en la democracia y el desarrollo In: Pinheiro. Daniel; Melo, Danilo; Costa, João (orgs.). Democracia: desafios, oportunidades e tendências. Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2014 (p. 226-270). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6dymYHDFmNZakQyRkVlaVVGWxc/view>
- Koppell, Jonathan GS. Pathologies of Accountability: ICANN and the Challenge of "Multiple Accountabilities Disorder". Public Administration Review. January/February, 2005, v. 65, n. 1.
- Pinho, J., & Sacramento, A. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Revista da Administração Pública, 43(6), 1343-68. Recuperado em 24 fevereiro, 2015, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6898>, 2009.
- Reis, Sergio Roberto Guedes. Evolução do Controle Interno no Poder Executivo Federal Brasileiro: um Panorama de suas transformações Institucionais e de suas tensões Constitutivas. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 12, jul-dez, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8104/1/BAPI_n12_Evolucao.pdf
- Rocha, A. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, 14(2), 82-97, 2011. Disponível em: https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/314/pdf_162.
- Schommer, Paula Chies; Rocha, Arlindo Carvalho; Spaniol, Enio L.; Dahmer, Jeferson; Sousa, Alessandra Debone de. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 6, pg. 1375-1400, nov./dez., 2015. <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n6/0034-7612-rap-49-06-01375.pdf>
- Zuccolotto, Robson; Teixeira, Marco Antonio Carvalho. Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro. Brasília: Enap, 2019. <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4161>

Bibliografia complementar

- Angélico, F. (2015). Lei de acesso à informação: reforço ao controle democrático. São Paulo: Estúdio editores. (ver também dissertação de mestrado do mesmo autor, disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9905>)
- Behn, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. Revista do Serviço Público, ano 49, n. 4, out-dez 1998.
- Campos, Ana Maria. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? Revista da Administração Pública. 24 (2), 30-50, fev./abr. 1990. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049>
- Ceneviva, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. Revista da Administração Pública, 46 (4), 993-1016, jul./ago. 2012. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7121/5672>
- Ceneviva, Ricardo; Farah, Marta Ferreira Santos. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. Revista da Administração Pública, 46 (4), 993-1016, jul./ago. 2012. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7121/5672>

Plano de Ensino

Filgueiras, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. Lua Nova, 84: 353-64, 2011.

Guerzovich, F., Aston, T., Levy, B., Schommer, P.C., Haines, R., Cant, S., Santos, G. F. Z. (2022) 'How do we shape and navigate pathways to social accountability scale? Introducing a middle-level Theory of Change', CEDIL Research Project Paper 1. Centre of Excellence for Development Impact and Learning (CEDIL), London and Oxford. Disponível em: <https://cedilprogramme.org/publications/cedil-research-project-paper-1/>. DOI: <https://doi.org/10.51744/CRPP1>.

Menezes, Elaine Cristina de Oliveira. Controles na administração pública: texto didático. Matinhos: [s.n.], 2016.

Michener, Gregory; Contreras, Evelyn; Niskier, Irene. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. Revista de Administração Pública | Rio de Janeiro 52(4):610-629, jul. - ago. 2018. http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/pt_1982-3134-rap-52-04-610.pdf

Pagani, Camila; Araújo, Victoria Moura. Schommer, Paula Chies. Transparência para accountability: resultados da constituição e atuação da Comissão Parlamentar Especial pela Transparência no município de Florianópolis. Anais do 1º Encontro Anual da Rede Brasileira de Estudos e Práticas Anticorrupção - 24 a 26 novembro 2021. Konrad Adenauer Stiftung e Transparência Internacional-Brasil. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oWUtzMCB0pMgzo16CiQgO0so-sc5nonA/view>

Pagani, Camila; Araújo, Victoria Moura. Schommer, Paula Chies. Transparência para accountability: resultados da constituição e atuação da Comissão Parlamentar Especial pela Transparência no município de Florianópolis. Anais do 1º Encontro Anual da Rede Brasileira de Estudos e Práticas Anticorrupção - 24 a 26 novembro 2021. Konrad Adenauer Stiftung e Transparência Internacional-Brasil. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oWUtzMCB0pMgzo16CiQgO0so-sc5nonA/view>

Rocha, Arlindo Carvalho. A realização da accountability em pareceres prévios do Tribunal de Contas de Santa Catarina. RAP, Rio de Janeiro 47(4):901-25, jul./ago. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9638/8671>.

Rocha, A. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, 14(2), 82-97, 2011. Disponível em: https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/314/pdf_162.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015 - CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

- I - problema de saúde do aluno ou parente de 1º grau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
 - II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
 - III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
 - IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5(cinco) dias úteis após o óbito;
 - V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
 - VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
 - VII - direitos outorgados por lei;
 - VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
 - IX ? convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
 - X ? convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato.
- Parágrafo único - O requerimento deverá explicitar a razão que impediu o acadêmico de realizar a avaliação.